



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE-GO

17/09/2024

SUMÁRIO

A criação da poupança pública chamada Fundo Soberano é uma das medidas na pauta de amanhã da CCJ Portal da Alego	3
Incêndio Ameaça Tribunal de Contas do Estado e Provoca Evacuação Antecipada	7
Candidatos à prefeitura de Goiânia assinam compromisso com a primeira infância	8
TCE-GO vai fiscalizar combate à violência contra crianças e adolescentes em Goiás	10
Candidatos de Goiânia e mais 9 cidades assinam compromisso com a 1ª infância	12
Candidatos à prefeitura de Goiânia assinam compromisso com a primeira infância	18

A criação da poupança pública chamada Fundo Soberano é uma das medidas na pauta de amanhã da CCJ | Portal da Alego

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) se reúne nesta terça-feira, 17, para deliberar sobre a implementação da poupança pública chamada Fundo Soberano, além de outros projetos de lei e vetos do Poder Executivo. O encontro acontece a partir das 14 horas, na Sala Júlio da Retífica.

Uma das matérias com parecer favorável é a de nº [14311/24](#), cujo relator é o deputado José Machado (PSDB). Apresentado pelo deputado Jamil Calife (PP), o projeto de lei autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Soberano do Estado de Goiás, sendo este de naturezas financeira e contábil.

De acordo com a proposta, o Fundo Soberano deverá ser constituído, exclusivamente, por receitas não tributárias, com vista a implementar uma poupança pública para ampliar a economia do Estado. Prevê também quatro novas fontes de receitas: cessão de imóveis dominicais, venda de *namings rights* públicos, verba de crédito de carbono e, ainda, a cessão de espaço para publicidade em prédios públicos.

O texto veda a utilização dos recursos para custeio de despesas orçamentárias, bem como sua utilização para apoiar qualquer forma de incentivo fiscal ou tributário. De acordo com o legislador, para assegurar que o fundo atue como uma poupança pública eficaz, a proposição prevê a utilização apenas dos rendimentos dos valores nele arrecadados, estabelecendo um período de carência de 15 anos para o emprego dos recursos investidos.

Além disso, os recursos poderão ser revertidos ao Tesouro Estadual, caso, após 15 anos, o saldo remanescente ultrapasse o patamar mínimo de R\$ 10 bilhões. Com essas condições, os recursos poderão ser utilizados na realização de obras e investimentos em infraestrutura.

Calife destaca que está prevista a utilização do fundo em três eixos básicos: duplicação de rodovias, implantação de hidrovias e de usinas fotovoltaicas que garantam sustentabilidade da máquina pública. Ele afirma que Goiás é "o coração do Brasil" e deve dar apoio à Capital do País. "Por isso, precisamos nos manter um Estado forte, de infraestrutura perene, com o desenvolvimento de tecnologias que sejam equivalentes às nossas responsabilidades".

Fontes de receitas

Na justificativa da medida, Calife exemplifica as quatro fontes de renda citadas no projeto. O *namings rights* é uma forma de cessão a terceiros do direito de utilização de um nome ou marca ligados a diversos tipos de bens públicos ou privados. A cessão pela administração pública a particulares busca uma solução racional para a exploração econômica de bens públicos e permite a obtenção de mais receitas sem que haja a necessidade de aumento da carga tributária.

O legislador explica que essa é uma receita ainda não explorada pelo Estado de Goiás, que se baseia na denominação de equipamentos públicos mediante investimento privado, como, por exemplo, a concessão de *namings rights* no Estádio Serra Dourada e no Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira. De acordo com preços de ativos semelhantes em outras unidades da

Federação, estima-se que o uso dos direitos de nome dos referidos estádios goianos poderá ultrapassar a cifra de R\$ 120 milhões em um eventual contrato de dez anos.

Os contratos de *naming rights* podem se estender aos terminais e estações de transporte público. Além disso, há a possibilidade da venda do direito de nomeação de outros prédios públicos, como escolas, campos e praças, assim como das rodovias estaduais, que atualmente são denominadas sem gerar qualquer receita.

Já o uso da publicidade como fonte de receita para o Fundo Soberano pode se dar por meio da cessão de espaço físico dos prédios públicos, como é feito em prédios comerciais privados e muros de escolas, por exemplo. No caso das escolas, a título de exemplificação, Goiás possui 978 escolas que podem ter as pinturas de seus muros cedidas para utilização de publicidade.

O inexplorado mercado de crédito de carbono possibilitaria a certificação de mais de R\$ 9 milhões de créditos de carbono, visto que, segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Goiás possui mais de 1 milhão de hectares de áreas de florestas ou reflorestamento, o que resulta em uma arrecadação de quase R\$ 4 bilhões.

Além de toda essa área verde preservada, Goiás possui ainda 700 mil hectares de terrenos dominicais, ou seja, sem afetação ou destinação específica. Esses imóveis podem ser cedidos a empresas privadas, podendo ser utilizados em atividades que não demandem grandes construções que inviabilizem a reversão ao patrimônio estadual, como a fixação de grama sintética para campos e a construção de usinas solares móveis. Com essas fontes de receitas não tributárias, haveria uma arrecadação extra estimada de aproximadamente R\$ 36 bilhões nos próximos dez anos, em Goiás.

Três eixos

Além de formar uma poupança pública para as próximas gerações, a proposta elege três eixos principais para os investimentos. A duplicação de rodovias, aponta o parlamentar, por si só, aumenta a segurança ao reduzir o número e a gravidade dos acidentes, proporcionando uma viagem mais segura tanto para motoristas quanto para passageiros. Rodovias duplicadas possibilitam maior fluidez do tráfego, reduzindo o tempo de deslocamento e aumentando a eficiência logística.

A exploração de hidrovias na bacia hidrográfica goiana garantirá transporte mais sustentável, de acordo com a propositura, representando uma alternativa mais econômica para o transporte de cargas pesadas e volumosas, e contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o uso de hidrovias para o transporte de carga ajuda a descongestionar as rodovias, transferindo parte do tráfego pesado para vias fluviais, o que prolonga a vida útil das estradas e facilita o acesso a regiões remotas.

Por fim, a implantação de usinas fotovoltaicas (flutuantes ou aéreas) pela administração pública reduz a dependência de combustíveis fósseis, contribuindo, assim, para a mitigação das mudanças climáticas. Um dos benefícios destacados é a redução de custos com energia, o que pode diminuir significativamente os gastos com eletricidade tanto para o setor público quanto para a população.

Dessa forma, pretende-se garantir que o fundo seja uma reserva financeira e permanente, preparando Goiás para enfrentar eventuais crises financeiras no futuro.

Emenda

O relator Cristiano Galindo (Solidariedade) deu parecer favorável à emenda apresentada pelo deputado Paulo Cezar Martins (PL) ao projeto de lei nº [1776/23](#), de sua própria autoria, que propõe a instituição do Dia Estadual da Pessoa Surdocega em Goiás. A iniciativa ressalta a importância de promover ações e estratégias positivas, com o objetivo de aprimorar os serviços nas áreas de educação, saúde, esporte e lazer, segurança, informação e inclusão social para pessoas com deficiências visuais e auditivas.

A iniciativa tem como meta estabelecer um marco anual para a discussão de ações e iniciativas voltadas à prevenção das condições que levam à surdocegueira, além da implementação de políticas públicas capazes de atender às necessidades desses indivíduos.

Cezar justifica que, na condição de presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tem trabalhado incansavelmente em prol da inclusão social das pessoas que possuem perda sensorial dupla. No documento, o parlamentar destaca a necessidade de adotar medidas específicas para os indivíduos marginalizados na sociedade, devido a alguma deficiência física ou mental. Dessa forma, todos os envolvidos nessa luta poderão contar com uma data estadual oficial como símbolo de integração na busca pela dignidade no ambiente social em que estão inseridos.

Saúde

Já o projeto nº [8810/24](#), do deputado Virmondes Cruvinel (UB), teve parecer favorável do relator, Issy Quinan (MDB), mas recebeu voto em separado do deputado Coronel Adailton (Solidariedade) pela diligência, ou seja, o envio à Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) para a produção de estudos com parecer técnico capaz de orientar o aperfeiçoamento da matéria. A medida autoriza o auxílio no custeio das atividades institucionais do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems).

A entidade é reconhecida como representante dos entes municipais para tratar de matérias referentes à saúde, conforme estabelecido pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. O auxílio tem por objetivo o custeio das atividades institucionais da entidade, possibilitando a execução de suas funções de forma eficiente e eficaz, em prol da gestão da saúde pública municipal e estadual.

O artigo 3º do projeto de lei determina que os recursos financeiros para o auxílio de que trata essa proposta serão provenientes do Orçamento Geral do Estado, mediante dotações consignadas ao Fundo Estadual de Saúde, respeitando as normativas orçamentárias vigentes. O Cosems poderá celebrar convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres com o Poder Executivo estadual, suas secretarias e órgãos da administração pública direta e indireta, com o objetivo de viabilizar o recebimento dos recursos financeiros, bem como a implementação de programas e projetos de interesse comum na área da saúde.

O auxílio financeiro será repassado ao Cosems mediante critérios e procedimentos definidos em regulamento, garantindo a transparência, a prestação de contas e o acompanhamento das atividades financiadas.

O órgão deverá apresentar ao Fundo Estadual de Saúde, anualmente, relatório detalhado das atividades realizadas com os recursos recebidos, incluindo a demonstração de resultados alcançados. A fiscalização dos recursos transferidos ao Cosems será exercida pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Estadual. Ficam assegurados ao Cosems o direito de acesso aos sistemas de informações em saúde disponibilizados pelo Estado, bem como a participação nas instâncias de pactuação e deliberação do sistema de saúde estadual, em conformidade com

sua missão institucional.

Também será votado o parecer favorável de Cristiano Galindo ao projeto de lei nº [13650/24](#), da deputada Bia de Lima (PT), que pretende instituir o Programa de Atenção Humanizada nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e nos Centros de Terapia Intensiva (CTIs) de Goiás.

Conforme justificativa, a Constituição da República Federativa do Brasil destaca, no artigo 6º, a saúde como direito social dos cidadãos brasileiros, que deve ser promovida e ofertada a todos num esforço conjunto do Estado, da família e da sociedade.

Diante da afirmativa, a legisladora afirma que, a depender do caso, o quadro clínico de um indivíduo pode exigir diferentes níveis de cuidado. Em função das delicadas circunstâncias que envolvem a internação de um paciente em uma UTI ou CTI, torna-se, de acordo com Bia de Lima, essencial a oferta de um atendimento humanizado para o enfermo e para os familiares.

“A propositura busca a promoção de um ambiente de acolhimento para os envolvidos, de forma a oferecer amparo e apoio em um momento de grande fragilidade. A atuação de uma equipe multidisciplinar é, pois, elemento fundamental para o tratamento do indivíduo para além de sua condição científica e biológica, compreendendo-o como um ser humano que carece de cuidados psicológicos e sociais”, justifica.

Para tal, torna-se fundamental, segundo ela, a criação de uma rede de apoio com um canal informativo efetivo entre familiares e profissionais, bem como a garantia de acompanhamento dos pacientes.

De acordo com o texto, as unidades hospitalares públicas, filantrópicas e privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) deverão oferecer atendimento multidisciplinar nas unidades citadas, incluindo pediátricas e neonatais.

São objetivos do Programa de Atenção Humanizada nas UTIs e CTIs do Estado, conforme a propositura: ofertar apoio emocional e informativo aos familiares; estabelecer um canal de comunicação hábil e elucidativo a respeito da condição do paciente; capacitar equipe profissional para uma assistência humanizada; compreender como assistência humanizada aquela voltada para a promoção de hábitos éticos de respeito e amparo no cuidado técnico-científico.

E, ainda: valorizar a aplicação de métodos de acolhimento em detrimento do atendimento mecanicista; compreender o paciente como um ser biopsicossocial; criar ambientes receptivos, com decoração agradável, iluminação suave e espaços de convivência confortáveis; incentivar a participação ativa dos pacientes na tomada de decisões sobre seu tratamento; e implementar práticas de comunicação eficaz entre a equipe médica e os pacientes.

A proposta também pretende assegurar aos pacientes o direito a um acompanhante nas dependências das UTIs e CTIs, resguardando o período reservado para a realização de procedimentos de higienização e exames.

Incêndio Ameaça Tribunal de Contas do Estado e Provoca Evacuação Antecipada

Ontem à tarde, um incêndio ocorreu próximo ao Tribunal de Contas do Estado, levando à evacuação antecipada dos funcionários devido à fumaça espessa que invadiu o edifício. A situação, agora, está mais controlada. Apesar de existirem ainda pequenos focos de incêndio na região, as chamas estão sendo combatidas pelo Corpo de Bombeiros

[Visualização da notícia](#)

Candidatos à prefeitura de Goiânia assinam compromisso com a primeira infância

COMPROMISSO COM INFÂNCIA

Publicado em: 16/09/2024 9:37

Última atualização: 16/09/2024 9:39

Candidatos à prefeitura de Goiânia assinam carta de compromisso com a primeira infância (Foto: divulgação/TJGO)

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) reuniu todos os [candidatos à Prefeitura](#) de Goiânia para participarem de uma assinatura da carta “Eu me comprometo com a Primeira Infância”. A medida é uma iniciativa do Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, que busca a efetivação de políticas públicas específicas para crianças de zero a seis anos.

Esta, segundo a entidade, é uma forma de garantir condições de vida adequadas para essa faixa etária, considerada a mais importante do desenvolvimento humano. A Carta é composta por 27 itens, que visam garantir os direitos à primeira infância.

O compromisso foi firmado na última sexta-feira (13/09), realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ([TJGO](#)), contou com a presença de todos os candidatos à Prefeitura de Goiânia e de representantes do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Ministério Público de Goiás (MPGO), Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO) e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO).

Apresentação da carta

O membro do Comitê da Primeira Infância, Halim Girade, representante do TCE- GO, ao apresentar a carta, relatou dados importantes para os candidatos entenderem a necessidade de assumirem o compromisso. “Trabalhar a primeira infância é garantir os direitos das crianças e o futuro da sociedade. Não é só para o futuro como crianças, e sim garantir o direito delas agora”, afirmou.

Compromisso dos candidatos

O candidato Sandro Mabel destacou a importância do evento em defesa dos direitos das crianças. “A primeira infância é a fase mais importante da vida. É quando toda a formação cognitiva acontece. As crianças precisam estar bem formadas, ter uma boa alimentação, precisam de estímulo na educação”, enfatizou ao assinar o compromisso.

A candidata Adriana Accorsi ressaltou que, por já atuar na área da infância, vê como necessário tratar o tema como um compromisso. “É um momento muito importante e marcante na minha vida. Esse compromisso dos candidatos para com a sociedade é responsabilidade de todos nós. A carta traz pontos fundamentais para garantir os direitos das crianças e das famílias”,

afirmou.

O candidato Professor Pantaleão, destacou que defende o tema há 4 décadas, destacou a importância da adesão e do cuidado com a primeira infância por parte de todos os candidatos. “Essa iniciativa é salutar e fundamental”, disse.

O candidato Fred Rodrigues, que também concordou com a adesão em defesa da Primeira Infância, classificou como “excelente” a carta de compromisso. “A execução, principalmente na primeira infância, depende da prefeitura. Então, a gente tem que trabalhar com consciência”. Ele ainda destacou que ficou feliz em poder participar.

O candidato Matheus Ribeiro ressaltou a importância de o poder público garantir dignidade a quem mais precisa. “Esse pacto também é um pacto em defesa da cidadania. Afinal de contas, estamos falando de futuros cidadãos que precisam ter seus direitos assegurados, principalmente na qualidade da prestação dos serviços municipais”, frisou ao se comprometer com o tema.

O senador Vanderlan Cardoso garantiu adesão à Carta. “Eu não vi nada nos itens colocados que não possa ser cumprido. Já firmamos esse compromisso quando fui prefeito de Senador Canedo, em parceria com o Poder Judiciário estadual e o Ministério Público. Essa parceria foi fundamental para a construção de uma nova cidade”, disse.

O candidato à reeleição para a prefeitura da capital, Rogério Cruz, afirmou que sua gestão já é comprometida com a Primeira Infância. “Eu continuo me comprometendo, sim, em continuar aderindo ao Pacto pela Primeira Infância e manter esse compromisso que já é assinado por mim desde o ano passado. Continuaremos trabalhando pela infância na capital”, reforçou.

TCE-GO vai fiscalizar combate à violência contra crianças e adolescentes em Goiás

[Plantão Morrinhos](#)

Notícias e opiniões com credibilidade

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) vai fazer um levantamento para conhecer as ações desenvolvidas para a prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em Goiás. A fiscalização foi autorizada pelo Conselheiro Helder Valin e vai conferir como está sendo conduzido o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Os resultados aferidos no levantamento vão integrar o Levantamento Nacional de Enfrentamento à Violência Infantil, encabeçado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O levantamento tem como objetivo apresentar informações sobre as ações e políticas públicas desenvolvidas pelos entes do SGDCA na prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, com enfoque especial para ações na primeira infância e para a articulação intersetorial dos órgãos jurisdicionados, bem como mapear riscos para auditorias futuras no TCE-GO.

Segundo levantamento divulgado em agosto deste ano pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), de 2021 a 2023, mais de 15 mil crianças e adolescentes foram vítimas de mortes violentas intencionais no país. O Unicef também revelou que, nesse período, foram registradas 164.199 vítimas de estupro entre 0 e 19 anos.

As equipes técnicas dos TCs irão apresentar um diagnóstico situacional acerca do problema da violência infantil no Brasil, sendo, portanto, fundamental a mobilização conjunta dos tribunais de contas para que a coleta das informações seja universal.

GOIÁS

O levantamento do TCE-GO vai abranger as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), pela Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás (DGPC-GO) e pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PM-GO), com enfoque especial para ações na primeira infância e para a articulação intersetorial dos órgãos. Também serão mapeados os riscos para auditorias futuras do Tribunal de Contas.

A equipe de fiscalização foi designada por meio da Portaria nº 57/2024, da Secretaria de Controle Externo do TCE-GO, publicada no Diário Eletrônico de Contas de ontem (11/set). Vão atuar no levantamento os servidores Fernando Santos Argollo e Wilson Ferreira de Lima, sob a coordenação de Valdo de Sousa Filho, com a supervisão de Gabriela de Souza Figueiredo e a assessoria de Héli da de Fátima Gontijo.

O relatório final de fiscalização deve ser entregue até o dia 11 de dezembro de 2024.

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Comentário *

Nome *

E-mail *

Site

Δ

[Proudly powered by WordPress](#) | Theme: Newsup by [Themansar](#).

Candidatos de Goiânia e mais 9 cidades assinam compromisso com a 1ª infância

A Redação

Goiânia -

Candidatos à Prefeitura de Goiânia e de outros nove municípios goianos assinaram uma carta pública de compromisso com a primeira infância. Neste sentido, se comprometem, caso eleitos, com a

implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância (0 a 6 anos).

A carta intitulada "Eu Me Comprometo com a Primeira Infância" é uma iniciativa do Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, que é coordenado atualmente pelo Ministério Público de Goiás (MPGO). Além do MPGO, integram o comitê o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), a Defensoria Pública do Estado, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), o Ministério Público de Contas junto ao TCM, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás (OAB-GO), dentre outras instituições goianas.

A assinatura do compromisso em Goiânia foi articulada pelo Comitê Goiano e o evento teve o TJGO como anfitrião, tendo sido realizado no Salão Nobre da Presidência do Tribunal. Em municípios do interior, a mobilização foi coordenada por promotoras e promotores de Justiça, contando com a participação de instituições integrantes da rede de proteção à infância e juventude.

A carta Eu me Comprometo com a Primeira Infância contém 27 compromissos que os candidatos assumem, relacionados a questões como o acesso à saúde (para gestantes e crianças), à educação de qualidade, ao transporte escolar, à alimentação adequada, entre outros direitos relacionados à garantia de um desenvolvimento pleno e saudável de meninas e meninos.

Articulação iniciada em agosto alcança mais municípios nesta semana

Além de Goiânia, assinaram a carta ao longo desta semana candidatas e candidatos de mais nove municípios: Itaberaí, Goianira, Santo Antônio de Goiás, Brazabrantes, São Miguel do Araguaia, Mundo Novo, Bonópolis, Trindade e Luziânia.

Candidatas e candidatos de outros 19 municípios já haviam formalizado o compromisso entre os dias 27 de agosto e 3 de setembro (confira no Saiba Mais). Com isso, já são 29 os municípios do Estado em que houve a adesão de candidatos ao comprometimento com as políticas para a primeira infância.

Em Goiânia, houve adesão de 100% dos candidatos

Compareceram ao evento realizado hoje na sede do TJGO os sete candidatos a prefeito de Goiânia, tendo todos formalizado o compromisso com a primeira infância:

Adriana Accorsi

Fred Rodrigues

Matheus Ribeiro

Reinaldo Assis Pantaleão (Professor Pantaleão)

Rogério Cruz

Sandro Mabel

Vanderlan Cardoso

Ao explicar a proposta da carta, o presidente do TJGO, desembargador Carlos França, afirmou que a questão da primeira infância é “uma temática fundamental para todos, principalmente, para a sociedade e para o futuro de nossa cidade”. Ele lembrou que os municípios têm uma atuação essencial em relação às políticas públicas relacionadas a esse público, daí a necessidade de um compromisso com ações efetivas. França reforçou ainda que a ideia da carta foi alertar e despertar candidatas e candidatos para a relevância de tratar dessa temática.

A subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Fabiana Lemes Zamalloa do Prado, que representou o procurador-geral de Justiça Cyro Terra Peres no evento, também reforça a importância desse olhar atento e prioritário para a primeira infância nos municípios. “A iniciativa do Comitê Goiano do Pacto pela Primeira Infância reveste-se de importância ímpar, pois é no âmbito local, das ações municipais, que as políticas públicas de proteção à primeira infância se concretizam. Instar os futuros gestores a colocar a primeira infância na pauta prioritária da ação governamental traduz o compromisso de todos, instituições, sociedade e Estado com a decisão constituinte de proteção integral e prioridade absoluta às crianças e adolescentes”, ressaltou.

Coordenador do Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, o promotor de Justiça Pedro de Mello Florentino relatou que o evento de assinatura da carta foi realizado em diversos outros municípios goianos nos últimos dias, com ampla adesão dos candidatos, fruto da

articulação de promotoras e promotores de justiça da infância e juventude, e que, em muitos locais, contou com a participação de instituições que integram o Comitê Goiano e a rede de proteção. Ele pontuou que a pauta da primeira infância no Brasil é uma das poucas pautas que agrega e converge. “Toda cidadã, todo cidadão entende a necessidade de defender esse público, que é prioritário pela Constituição Federal”, afirmou. Ele fez questão de esclarecer aos candidatos que, ao assumir os compromissos, eles irão executar aquilo que está dentro das atribuições dos municípios, de forma cooperada com outros entes públicos e com apoio da sociedade civil.

Antes da assinatura do compromisso, as candidatas e candidatos e outros presentes ao evento assistiram a uma apresentação sobre os 27 compromissos constantes da carta, bem como sobre a importância das vivências na primeira infância para a formação do indivíduo. A exposição foi feita pelo servidor do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Halim Girade, que também integra o Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Itaberaí – 27 de agosto

Realizado em 27 de agosto, o evento para formalização dos compromissos das candidatas e candidatos a prefeito em Itaberaí foi articulado pelo promotor de Justiça Paulo Henrique Otoni.

Como candidatas e candidatos no município, assinaram a carta:

Rita de Cássia Soares Mendonça

Pedro Daniel da Silva

Goianira, Santo Antônio de Goiás e Brazabrantes – 5 de setembro

Mobilizados pela promotora de Justiça Renata Miguel Lemos, candidatas e candidatos em Goianira, Santo Antônio de Goiás e Brazabrantes assinaram a carta de compromisso em reunião no dia 5 de setembro.

Em Goianira, formalizaram o compromisso:

Clayton Amaral David Bento

Ícaro Márcio Flores Melo

Marcos Antônio de Paula

Assinaram em Santo Antônio de Goiás:

Frederico Marques de Oliveira

Gledson de Sousa Ferreira

Kleber Cosme de Freitas

Lívia Cardoso Lopes

Em Brazabrantes, firmaram o compromisso:

Marcio Antônio Machado

Rosana Rodrigues de Siqueira Mendonça

São Miguel do Araguaia, Mundo Novo e Bonópolis – 5 de setembro

Organizado pela promotora de Justiça Izabella Artiaga Dias Maciel, o evento relativo a candidatas e candidatos em São Miguel do Araguaia, Mundo Novo e Bonópolis aconteceu em 5 de setembro.

Como candidatos em São Miguel do Araguaia, assinaram a carta:

Jeronymo José de Siqueira Neto

Jadir Lopes de Oliveira

Formalizaram o compromisso por Mundo Novo:

Marlene Lourenço

Helcio Alves de Oliveira

Por Bonópolis, aderiram ao compromisso:

Deocleciano Araújo de Lira

Geneir Gomes Patriota

Luziânia – 11 de setembro

A articulação do promotor de Justiça Júlio Gonçalves Melo resultou na assinatura do compromisso das candidatas e candidatos em Luziânia em evento no dia 11 de setembro, que contou com a participação de instituições integrantes da rede de proteção da infância e juventude e do Comitê Municipal pela Primeira Infância, que inclui o Juizado da Infância e Juventude e a Defensoria Pública local. Luziânia conta com o Plano Municipal Intersectorial pela Primeira Infância (PMPI), o primeiro do gênero no Estado.

Formalizaram o compromisso no município os seguintes candidatos:

Diego Sorgatto (por representante)

Ana Lúcia de Sousa e Silva (por representante)

Lee Almeida

Walter Roriz de Queiroz

Trindade – 12 de setembro

Coube ao promotor de Justiça Eudes Leonardo Bomtempo a articulação para a assinatura dos compromissos em Trindade. O evento foi realizado no dia 12 de setembro.

Assinaram a carta como candidatos no município:

George Moraes

Marden Gabriel Alves de Aguiar Júnior

Roni Ferreira

As mobilizações para assinatura dos compromissos nas comarcas contaram com o apoio e a participação de representantes de instituições que integram a rede de cuidado e proteção à criança e ao adolescente, como Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Poder Judiciário, Defensoria Pública (em comarcas onde há defensores) e Subseções da OAB.

Leia mais

[Incêndio atinge loja de tintas no Jardim Novo Mundo em Goiânia](#)

Candidatos à prefeitura de Goiânia assinam compromisso com a primeira infância

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) reuniu todos os [candidatos à Prefeitura](#) de Goiânia para participarem de uma assinatura da carta “Eu me comprometo com a Primeira Infância”. A medida é uma iniciativa do Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, que busca a efetivação de políticas públicas específicas para crianças de zero a seis anos.

Esta, segundo a entidade, é uma forma de garantir condições de vida adequadas para essa faixa etária, considerada a mais importante do desenvolvimento humano. A Carta é composta por 27 itens, que visam garantir os direitos à primeira infância.

O compromisso foi firmado na última sexta-feira (13/09), realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ([TJGO](#)), contou com a presença de todos os candidatos à Prefeitura de Goiânia e de representantes do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Ministério Público de Goiás (MPGO), Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO) e Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO).

Apresentação da carta

O membro do Comitê da Primeira Infância, Halim Girade, representante do TCE- GO, ao apresentar a carta, relatou dados importantes para os candidatos entenderem a necessidade de assumirem o compromisso. “Trabalhar a primeira infância é garantir os direitos das crianças e o futuro da sociedade. Não é só para o futuro como crianças, e sim garantir o direito delas agora”, afirmou.

Compromisso dos candidatos

O candidato Sandro Mabel destacou a importância do evento em defesa dos direitos das crianças. “A primeira infância é a fase mais importante da vida. É quando toda a formação cognitiva acontece. As crianças precisam estar bem formadas, ter uma boa alimentação, precisam de estímulo na educação”, enfatizou ao assinar o compromisso.

A candidata Adriana Accorsi ressaltou que, por já atuar na área da infância, vê como necessário tratar o tema como um compromisso. “É um momento muito importante e marcante na minha vida. Esse compromisso dos candidatos para com a sociedade é responsabilidade de todos nós. A carta traz pontos fundamentais para garantir os direitos das crianças e das famílias”, afirmou.

O candidato Professor Pantaleão, destacou que defende o tema há 4 décadas, destacou a importância da adesão e do cuidado com a primeira infância por parte de todos os candidatos. “Essa iniciativa é salutar e fundamental”, disse.

O candidato Fred Rodrigues, que também concordou com a adesão em defesa da Primeira Infância, classificou como “excelente” a carta de compromisso. “A execução, principalmente na primeira infância, depende da prefeitura. Então, a gente tem que trabalhar com consciência”. Ele ainda destacou que ficou feliz em poder participar.

O candidato Matheus Ribeiro ressaltou a importância de o poder público garantir dignidade a quem mais precisa. “Esse pacto também é um pacto em defesa da cidadania. Afinal de contas,

estamos falando de futuros cidadãos que precisam ter seus direitos assegurados, principalmente na qualidade da prestação dos serviços municipais”, frisou ao se comprometer com o tema.

O senador Vanderlan Cardoso garantiu adesão à Carta. “Eu não vi nada nos itens colocados que não possa ser cumprido. Já firmamos esse compromisso quando fui prefeito de Senador Canedo, em parceria com o Poder Judiciário estadual e o Ministério Público. Essa parceria foi fundamental para a construção de uma nova cidade”, disse.

O candidato à reeleição para a prefeitura da capital, Rogério Cruz, afirmou que sua gestão já é comprometida com a Primeira Infância. “Eu continuo me comprometendo, sim, em continuar aderindo ao Pacto pela Primeira Infância e manter esse compromisso que já é assinado por mim desde o ano passado. Continuaremos trabalhando pela infância na capital”, reforçou.